



CLIPPING



15 de
JUNHO
2022

QUINTO CONSTITUCIONAL

CMB pede
paridade de
gênero em
lista da OAB

JUDICIÁRIO - Moção pede oportunidades iguais para mulheres postulantes ao cargo no TJ-PA

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Belém aprovou com 18 votos favoráveis uma moção, dirigida a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará, que pede paridade de gênero na lista sextupla de nomes indicados a vaga do quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Pará. O requerimento é de autoria da vereadora Bia Caminha (PT) e apenas dois vereadores presentes optaram por se abster da proposta: Matheus Cavalcante (Cidadania) e Mauro Freitas (PSDB). "É uma moção que representa a preocupação que a gente tem

com o local da mulher da sociedade. Se hoje a gente não ocupa os espaços de poder como deveria, não é só por um devaneio nosso ou falta de querer ou de capacidade, mas por falta de políticas públicas sérias de Estado, que incentivem a participação das mulheres nos espaços de decisão", defendeu ela, ao lembrar que a moção partiu de um pedido do movimento nacional Paridade de verdade, que também adoga pela paridade racial.

"Existe um histórico de baixa presença de mulheres não só nas listas que vão até o final como no próprio desembargo. É um contexto nacional, não é culpa de ninguém



Bia Caminha propôs moção aprovada pela Câmara para ser encaminhada à OAB-PA



Para o líder da oposição, a proposta ataca a liberdade da OAB-PA de decidir pelas indicações

específico. Não é essa moção que irá resolver esta questão, mas é uma forma de demonstrar que esta Casa se preocupa com a paridade de gênero. É necessário levantar esse debate", pontuou o líder do governo, vereador Allan Pombo (PDT).

Para Matheus Cavalcante, a proposta ataca a liberdade da OAB-PA de

decidir pelas indicações. "Acho que estamos atacando a consequência e não a causa, que é a falta de representatividade feminina nas diversas instituições. Estamos criando barreiras e dando moções de que essa Casa quer ter ingerência sobre algo que não é nossa função. Tem sim que fazer sessão especial, trazer o

tema à tona, fomentar o debate. Mas não é nosso papel ter posicionamento político sobre as eleições da OAB e as vagas do Tribunal; sou contra qualquer pretensão dessa Casa de invadir a liberdade da OAB, mas isso não exclui o fato de que temos lutar pela paridade de gênero", afirmou o líder da oposição.

Oposição questiona demora em feira

O líder da oposição, Matheus Cavalcante (Cidadania), voltou a questionar o porquê da feira do bairro dos Jurunas estar de portas fechadas há 18 meses. Na semana passada, a Câmara aprovou um requerimento do vereador que solicita a ida do Secretário Municipal de Economia, Apolônio Brasileiro, ao parlamento para dar explicações sobre a situação do mercado, mas até agora não há data para a ida dele ao plenário. "Nesse momento pós-pandemia é fundamental garantir políticas públicas de oportu-

nidades. A gente tem que dar condições e ferramentas para as pessoas trabalharem, com a valorização das feiras, que além do empreendedorismo valorizam a nossa cultura e história. Ela estava pronta para ser entregue no final de 2020 e não foi entregue ainda sem razão nenhuma", disse Cavalcante.

Para Allan Pombo (PDT), a feira não estava em condições de funcionamento na época e por isso a Prefeitura precisou reavaliar as condições do local. "Para ser justo, o Ministério Público do Pará (MPPA) já es-

teve na feira dos Jurunas e já tem conhecimento disso, inclusive com relatório. A gente não pode usar o sofrimento dos trabalhadores permissionários, que estão sofrendo por uma obra mal feita, que iria ser inaugurada a toque de caixa, para fazer um discurso de oposição. Entendo seu papel mas acho que nisso você está equivocada", rebateu o líder da oposição. "Tenho acompanhado o trabalho. Não é algo que você bata o pé e que em dois meses se resolve", afirmou o vereador Fabrício Gama (UB).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

INTELIGÊNCIA

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta expressivo aumento do número de projetos de inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário em 2022. A pesquisa apresentada nesta terça-feira (14/6) pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, identificou 111 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais. Com isso, o número de iniciativas cresceu 171% em relação ao levantamento realizado em 2021, quando foram informados apenas 41 projetos. No Pará foram identificados 3 projetos.

LINHA DIRETA

Durante visita do procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr, à Assembleia Legislativa na manhã de ontem, a deputada estadual Heloísa Guimarães (PSDB) sugeriu ao Ministério Público do Estado a criação de uma força-tarefa para, diante da aprovação do rol taxativo da ANS, verificar o que há de judicializado na área da Saúde, no sentido de evitar que esses processos fiquem paralisados ou se percam.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Conselho do MP decide arquivar investigação de casos polêmicos

Estavam na pauta o superfaturamento de remédio para covid por ex-secretário de Zenaldo e o caso envolvendo Izabela Jatene

DECISÃO

Ana Célia Pinheiro

A compra de azitromicina pelo ex-secretário de Saúde de Belém, Sérgio Amorim, braço direito do então prefeito Zenaldo Coutinho, pode ter provocado um prejuízo superior a R\$ 1 milhão aos cofres públicos, segundo análise do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) do Ministério Público do Pará (MP-PA). Mesmo assim, o Conselho Superior do MP-PA decidiu, ontem (14), por unanimidade, homologar o arquivamento da investigação.

Segundo a relatora do caso no Conselho, a procuradora de Justiça Maria do Socorro Mendo, a análise não teria considerado as peculiaridades da compra turbinada realizada por Amorim. Segundo Socorro Mendo, o GATI concluiu que o valor pago por Amorim "está acima da faixa de preços do mercado para esse tipo de medicamento, com um possível prejuízo ao erário de R\$ 1,046 milhão". Mas disse que embora o parecer do GATI estivesse "bem fundamentado" era preciso homologar o arquivamento.

Isso porque os técnicos teriam usado, no comparativo de preços, somente a azitromicina "em embalagem hospitalar", enquanto que a azitromicina adquirida por Amorim, com dispensa de licitação, foi a "Astro, hidratada, Eurofarma, em embalagem farmacêutica", que seria mais cara. O levantamento também teria tomado por base licitações realizadas em outros períodos, sem atentar para a elevação dos preços dos medicamentos, durante a pandemia. Além disso, afirmou, "ante a não ocorrência de improbidade na aquisição de produtos e o suprimento de uma necessidade social, em contexto de calamidade pública provocada pela pandemia de covid-19, não há que se falar em dano ao erário", já que seria esse o entendimento que se extrairia da legislação.

A compra de azitromicina com dispensa licitatória e, supostamente, superfaturada, foi noticiada pelo DIÁRIO em julho de 2020.



Izabela Jatene teria combinado pedir dinheiro de empresários com ex-secretário de Fazenda
FOTO: CRISTINO MARTINS / ARQUIVO AGÊNCIA PARÁ



Sérgio Amorim teria comprado azitromicina por valores até 10 vezes maior que o normal
FOTO: MAURO ÂNGELO

O jornal mostrou que a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), então sob o comando de Amorim, comprara 200 mil comprimidos de azitromicina 500 mg por R\$ 1,302 milhão, ou R\$ 6,51 a unidade. Só que a Prefeitura de Paragominas, no Sudeste do Pará, pagou a metade pelo mesmo produto: apenas R\$ 3,20 a unidade, em um contrato de R\$ 128 mil, para a aquisição de apenas 40 mil comprimidos.

Hoje já se sabe que o suposto superfaturamento teria sido ainda maior. No mesmo dia em que Amorim comprou o medicamento a R\$ 6,51 a unidade (14/05/2020), a Prefeitura de Parauapebas pagou R\$ 2,45 por comprimido, segundo o contrato 20200227, através do qual foram adquiridos 50 mil comprimidos de azitromicina, no valor total de R\$ 122,5 mil. Além disso, no processo hoje arquivado pelo MP-PA, consta até a compra de comprimidos do medicamento a 68 centavos a unidade, o que é 10 vezes menos do que Amorim pagou.

DISPARIDADE

Com base na reportagem do jornal, a cidadã Cleide Barra D'Assunção protocolou denúncia no MP-PA. Mas, em outubro de 2020, a promotora Mariela Corrêa Hage, que exercia, temporariamente, a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa,

arquivou a investigação. E o fez sem, aparentemente, investigar a denúncia devidamente, já que nem mesmo a enviou para análise do GATI. Na decisão, ela disse que o arquivamento decorria da falta de comprovação de improbidade, "concluindo-se, assim, pela impossibilidade de continuação de qualquer diligência".

No entanto, Cleide Barra D'Assunção recorreu da decisão da promotora, chamando atenção justamente para a disparidade de preços de até 10 vezes, em relação ao que foi pago por Amorim. Hoje, porém, o Conselho Superior resolveu homologar o arquivamento. O julgamento ocorreu por volta das 16 horas, com um plenário já esvaziado. Mas todos os quatro procuradores presentes acompanharam o voto da relatora.

Socorro Mendo lembrou que a compra da azitromicina turbinada ocorreu durante o período crítico da pandemia, em Belém, que se encontrava até sob lockdown e com escassez de remédios, cujos preços tiveram "um crescimento assustador", devido ao "superfaturamento" no comércio. Ela também disse que o processo de dispensa licitatória, realizado pelo Sesma, foi "muito bem instruído, com todos os cuidados", já que teria sido realizada cotação de preços junto a 75 empresas, das quais apenas quatro apresenta-

EMPRESA

OPERAÇÃO

• A empresa contratada pela Sesma foi a Pró-Remédios Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos Eirelli, da cidade de Rio Verde, no estado de Goiás. Na época da reportagem, o DIÁRIO também mostrou que a Pró-Remédios estaria envolvida em um esquema de desvio de recursos públicos, na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde, com a entrega menor dos produtos que vendia. O esquema foi descoberto, em janeiro de 2016, com a "Operação Híglia", do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), daquele estado. Em janeiro de 2017, o proprietário da Pró-Remédios, Cleidson Godoy de Oliveira, e o então secretário de Saúde de Rio Verde foram condenados pelos crimes de organização criminosa, peculato e corrupção ativa e passiva.

ram propostas de preços, uma vez que as demais não possuiriam a medicação. Ela disse, ainda, não ter encontrado, no processo, "nenhum elemento que caracterizasse improbidade administrativa". E lembrou que a própria legislação elaborada durante a pandemia autorizava aquisições "acima do mercado", inclusive privilegiando a rapidez na entrega dos produtos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso “dinheirinho” entrou na nova lei de improbidade

Na sessão de ontem, como previsto, o Conselho Superior do MP-PA também homologou o arquivamento do “Escândalo do Dinheirinho”: o célebre diálogo em que Izabela Jatene, filha do então governador Simão Jatene, pediu a Nilo Noronha, então subsecretário de Administração Tributária da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), que ele lhe enviasse a lista das 300 maiores empresas paraenses, “pra gente começar a ir buscar esse dinheirinho deles”. Foi um final melancólico para um caso que se arrastou durante quase 8 anos pelos corredores do MP-PA: a investigação foi

aberta em outubro de 2014 e virou uma queda de braço no MP-PA, com pelo menos seis tentativas de arquivamento rejeitadas pelo Conselho. O arquivamento ocorreu sem julgamento do mérito, já que Maria do Socorro Mendo, também relatora desse caso, apresentou uma preliminar prejudicial de mérito, devido às mudanças ocorridas, no ano passado, na Lei de Improbidade Administrativa. Com tais alterações, o artigo 11 daquela lei já não prevê apenas exemplos de condutas irregulares, possíveis infrações a princípios constitucionais. As

alterações teriam deixado supostas irregularidades do “dinheirinho” sem enquadramento legal. “No caso concreto, a suposta conduta de exigir vantagem indevida não se enquadra no rol taxativo do artigo 11”, explicou a procuradora. Ela lembrou que não existe crime sem lei que o preveja e penalize. E disse que é como se tivesse ocorrido um “abolitio criminis”, que é quando atos tipificados como crimes ou irregularidades, na legislação, perdem essa tipificação. Além disso, segundo afirmou, “as condutas investigadas não possuem beneficiários nem repercussão

econômica, não podendo se falar em enriquecimento ilícito ou em dano ao erário”. A preliminar levantada pela procuradora foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho. Em fevereiro do ano passado, o GATI detectou quase R\$ 470 mil (valores atualizados pelo DIÁRIO) em depósitos de origem desconhecida, entre 2011 e 2014, em uma conta bancária de Izabela. A maior diferença (45% desses R\$ 470 mil) ocorreu em 2011. Mas ela alegou que os depósitos foram feitos pelo seu então marido, para as despesas do lar.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público do Estado faz prestação de contas na Alepa

LEGISLATIVO

Carol Menezes

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) recebeu, em sessão pública, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), César Mattar Jr., na manhã desta terça-feira (14), para apresentação do relatório anual das atividades da instituição aos deputados. Entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, o MPPA investiu em ações de combate à pandemia da Covid-19. Em 2021 foram distribuídas mais de cinco mil unidades de máscaras descartáveis para todas as regiões administrativas, além de face shields, álcool em gel e realizadas ações de sanitização em vários prédios do MPPA.

A Procuradoria-Geral também realizou diversas ações na área de Recursos Humanos no que diz respeito às questões quantitativas e qualitativas, como

as progressões funcionais por antiguidade e merecimento dos servidores do órgão, atingindo mais de 700 servidores que foram reclassificados nos diversos cargos da carreira do Ministério Público.

Em 2021, foram iniciadas também as tratativas para a realização de concurso público para membros e servidores. No início de 2022, houve a contratação das duas empresas para a realização dos certames. Serão 65 para cargos de promotores de justiça e 74 para servidores mais cadastro de reserva. A previsão é de que os editais sejam divulgados ainda no 1º semestre de 2022.

O presidente da Alepa, deputado Francisco Melo, o “Chicão” (MDB), presidiu os trabalhos e destacou que é necessário o MPPA ir à Casa de Leis apresentar o relatório. “O que a instituição faz aqui é uma prestação de contas dos seus relatórios anuais e do plane-

jamento. O Dr. César mencionou as principais atividades do MPPA, como os investimentos nas sedes que foram construídas e reformadas. A administração atual é pacífica. É importante que todos tenham a clareza de que os órgãos possam desempenhar suas funções, sempre respeitando a atividade do outro, essa é mensagem que o procurador-geral de justiça deixa para nós”, avaliou o chefe do Legislativo.

“Agradeço a oportunidade que a Alepa dá ao MPPA. Temos o compromisso institucional de oferecer satisfação sobre o compromisso que há com o Pará. Deixo um pedido a vocês que são os ouvidos do nosso estado. Ao abraçar a causa pública, temos o objetivo de acertar, mas nem sempre o caminho que buscamos é pleno de acerto. As portas do MPPA estão abertas para a Alepa fiscalizar nossas ações. Nosso interesse é o do povo”, destacou o procurador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EUTERPE III OPERAÇÃO TIRA DOIS DE CIRCULAÇÃO

As forças de segurança do Estado fizeram uma varredura em rios, igarapés e furos que cortam o município de Igarapé-Miri

SEGURANÇA

J R Avelar

Os ataques de bandos criminosos que atuam nos rios de Igarapé-Miri, na região nordeste do Estado, ensejaram mais uma etapa da “Operação Euterpe III”, com a missão de reprimir crimes de assaltos, tráfico de drogas, latrocínios e homicídios na região.

O alvo foram os rios, igarapés e furos que cortam o município daquele município, que apresentou nas últimas semanas um aumento na mancha criminal.

Duas lanchas com nove policiais militares, sendo três do Batalhão com Cães, com o cachorro Sheldon, três militares da Polícia Militar Fluvial e três investigadores da delegacia de Polícia Civil Fluvial, vasculharam uma grande área com bons resultados.

A primeira averiguação deu-se às margens do rio Anapuzinho, zona ru-

ral de Igarapé-Miri, ocasião em que foi feita a detenção de Marcelo Miranda da Costa, de 49 anos, com o qual foram apreendidas duas armas de fogo tipo espingarda, sem numeração, sendo uma calibre 20 e outra calibre Ponto 40, além de uma pistola de Airsoft e a quantia de R\$ 4.996,00 que ele não soube explicar a procedência.

A situação de flagrante foi apresentada na delegacia de Polícia Civil de Igarapé-Miri juntamente com o armamento e o dinheiro, para providências da autoridade policial civil de plantão.

A segunda investida dos militares se deu em outra casa, também situada às margens do rio Anapuzinho, e que resultou na prisão de Ricardo Soares da Silva, de 51 anos, suspeito de cometer alguns roubos na região.

Na residência dele foi encontrada e apreendida pela Polícia Militar uma arma de fogo, tipo espingarda, sem numeração, calibre 20, que não tinha documentação, sendo Ricardo Soares preso em flagrante e autuado pelo crime de posse ilegal de arma de fogo.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIME NO BAIRRO DO GUAMÁ PRESO POR ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Indiciado foi flagrado por vizinha em prática de abuso contra criança de 12 anos, na capital

MANDADO

Um homem de 54 anos foi preso na manhã de ontem (14) durante uma ação da Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) da Polícia Civil, deflagrada no bairro Guamá, em Belém. Ele é suspeito de abusar sexualmente de uma criança de 12 anos. Durante a ação, foi dado cumprimento ao Mandado de Prisão Preventiva e Busca Domiciliar, expedido pela 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares da capital.

De acordo com as investigações, o indiciado foi flagrado por uma vizinha cometendo o abuso. Ao ser ouvida pela equipe da Deaca, com amparo de profissionais da área social e com base nas provas, que contaram com exames periciais.

"Nas primeiras horas do dia nossa equipe diligenciou até o endereço do indiciado, situado no bairro do Guamá. Com o trabalho de investigação e empenho da equipe, conseguimos localizar o homem e dar cumprimento às medidas cautelares", contou a delegada Maria Júlia Silva, titular da Deaca - Santa Casa.

Após os procedimentos cabíveis, o preso foi encaminhado ao sistema penal e ficará à disposição do Poder Judiciário, onde



responde pelo crime de estupro de vulnerável majorado pelo parentesco (art.217-A c/c art.226, II, Código Penal).

ONDE DENUNCIAR

A Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca), da Polícia Civil do Pará, funciona na Fundação ParáPaz integrada, anexo ao Fundação Santa Casa de Misericórdia, situada na rua Bernal do Couto, s/n, esquina com Avenida Generalíssimo Deodoro, bairro Umarizal, em Belém.



Uma equipe da Deaca foi até o endereço do indiciado e cumpriu o mandado de prisão preventiva
FOTOS: AGENCIA PARA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Vereadores de Belém querem paridade de gênero em lista da OAB

Moção aprovada pede que instituição dê oportunidades iguais para mulheres postulantes ao cargo no TJPA

Eduardo Laviano

14.06.22 13h15



A **Câmara Municipal de Belém** aprovou com 18 votos favoráveis uma moção dirigida à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará, que pede **paridade de gênero** na lista sêxtupla de nomes indicados à vaga do quinto constitucional no **Tribunal de Justiça do Pará**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O requerimento é de autoria da vereadora Bia Caminha (PT) e apenas dois vereadores presentes optaram por se abster da proposta: Matheus Cavalcante (Cidadania) e Mauro Freitas (PSDB).

VEJA MAIS

"É uma moção que representa a preocupação que a gente tem com o **local da mulher da sociedade**. Se hoje a gente não ocupa os **espaços de poder** como deveria, não é só por um devaneio nosso ou falta de querer ou de capacidade, mas por falta de políticas públicas sérias de Estado, que incentivem a participação das mulheres nos espaços de decisão", defendeu ela, ao lembrar que a moção partiu de um pedido do movimento nacional Paridade de verdade, que também advoga pela paridade racial.

Histórico de baixa presença das mulheres

"Existe um histórico de baixa presença de mulheres não só nas listas que vão até o final como no próprio desembargo. É um contexto nacional, não é culpa de ninguém específico. Não é essa moção que irá resolver esta questão, mas é uma forma de demonstrar que esta Casa se preocupa com a paridade de gênero. É necessário levantar esse debate", pontuou o líder do governo, vereador Allan Pombo (PDT).

Para Matheus Cavalcante, a proposta ataca a liberdade da OAB-PA de decidir pelas indicações. "Acho que estamos atacando a consequência e não a causa, que é a falta de representatividade feminina nas diversas instituições. Estamos criando barreiras e dando moções de que essa Casa quer ter gerência sobre algo que não é nossa função. Tem sim que fazer sessão especial, trazer o tema à tona, fomentar o debate. Mas não é nosso papel ter posicionamento político sobre as eleições da OAB e as vagas do Tribunal. sou contra qualquer pretensão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dessa casa de invadir a liberdade da OAB, mas isso não exclui o fato de que temos lutar pela paridade de gênero", afirmou o líder da oposição.

A moção é uma proposição por meio da qual se manifesta apoio, pesar ou protesto em relação a acontecimento ou ato de relevância pública ou social, sem efeito de lei. A reportagem procurou a OAB-PA para comentar o tema, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Belém: homem é preso por abusar sexualmente de criança de 12 anos no Guamá

O suspeito foi flagrado por uma vizinha cometendo o abuso e as equipes da Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) foram acionadas

Saul Anjos/ Especial para O Liberal

14.06.22 11h57



O suspeito foi preso após denúncia de uma vizinha (Talison Lima / Ascom PCPA)

A Polícia Civil prendeu na manhã desta terça-feira (14), um homem **suspeito de abusar sexualmente uma criança de 12 anos**. A prisão aconteceu no bairro do **Guamá, em Belém**. As informações são da Agência Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Uma equipe da Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) deflagrou mandados **de prisão preventiva e busca domiciliar, expedidos pela 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares da capital.**

O suspeito foi **flagrado por uma vizinha cometendo o abuso.**

“Nas primeiras horas do dia nossa equipe diligenciou até o endereço do indiciado, situado no bairro do Guamá. Com o trabalho de investigação e empenho da equipe, conseguimos localizar o homem e dar cumprimento às medidas cautelares”, contou a delegada Maria Júlia Silva, titular da Deaca – Santa Casa.

O homem foi encaminhado **ao sistema penal e ficará à disposição do Poder Judiciário.** Ele responderá pelo crime de **estupro de vulnerável** majorado pelo parentesco, segundo o art. 217 -A c/c art.226, II, do código penal.

A redação integrada solicitou mais informações para a Polícia Civil sobre o caso e aguarda retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ministério Público do Pará faz prestação de contas na Alepa

Em 2021 foram distribuídas mais de cinco mil unidades de máscaras descartáveis para todas as regiões administrativas, além de face shields, álcool em gel e realizadas ações de sanitização em vários prédios do MPPA.

quarta-feira, 15/06/2022, 09:42 - Atualizado em 15/06/2022, 09:39

- Autor: **Carol Menezes / Diário do Pará**



Entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, o MPPA investiu em ações de combate à pandemia da Covid-19. | Olga Leiria / Arquivo

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) recebeu, em sessão pública, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), César Mattar Jr., na manhã desta terça-feira (14), para apresentação do relatório anual

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

das atividades da instituição aos deputados. Entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, o MPPA investiu em ações de combate à pandemia da Covid-19. Em 2021 foram distribuídas mais de cinco mil unidades de máscaras descartáveis para todas as regiões administrativas, além de face shields, álcool em gel e realizadas ações de sanitização em vários prédios do MPPA.

A Procuradoria-Geral também realizou diversas ações na área de Recursos Humanos no que diz respeito às questões quantitativas e qualitativas, como as progressões funcionais por antiguidade e merecimento dos servidores do órgão, atingindo mais de 700 servidores que foram reclassificados nos diversos cargos da carreira do Ministério Público.

Estado abriu 36,9 mil empresas de janeiro a maio deste ano

Em 2021, foram iniciadas também as tratativas para a realização de concurso público para membros e servidores. No início de 2022, houve a contratação das duas empresas para a realização dos certames. Serão 65 para cargos de promotores de justiça e 74 para servidores mais cadastro de reserva. A previsão é de que os editais sejam divulgados ainda no 1º semestre de 2022.

O presidente da Alepa, deputado Francisco Melo, o “Chicão” (MDB), presidiu os trabalhos e destacou que é necessário o MPPA ir à Casa de Leis apresentar o relatório. “O que a instituição faz aqui é uma prestação de contas dos seus relatórios anuais e do planejamento. O Dr. César mencionou as principais atividades do MPPA, como os investimentos nas sedes que foram construídas e reformadas. A administração atual é pacífica. É importante que todos tenham a clareza de que os órgãos possam desempenhar suas funções, sempre respeitando a atividade do outro, essa é mensagem que o procurador-geral de justiça deixa para nós”, avaliou o chefe do Legislativo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Agradeço a oportunidade que a Alepa dá ao MPPA. Temos o compromisso institucional de oferecer satisfação sobre o compromisso que há com o Pará. Deixo um pedido a vocês que são os ouvidos do nosso estado. Ao abraçar a causa pública, temos o objetivo de acertar, mas nem sempre o caminho que buscamos é pleno de acerto. As portas do MPPA estão abertas para a Alepa fiscalizar nossas ações. Nosso interesse é o do povo”, destacou o procurador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MP decide arquivar investigação de casos polêmicos

Estavam na pauta o superfaturamento de remédio para covid por ex-secretário de Zenaldo e o caso envolvendo Izabela Jatene

quarta-feira, 15/06/2022, 07:38 - Atualizado em 15/06/2022, 09:06 - Autor: **Ana Célia Pinheiro**



A compra de azitromicina pelo ex-secretário de Saúde de Belém, Sérgio Amorim, braço direito do então prefeito Zenaldo Coutinho, pode ter provocado um prejuízo superior a R\$ 1 milhão aos cofres públicos, segundo análise do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) do Ministério Público do Pará (MP-PA). Mesmo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

assim, o Conselho Superior do MP-PA decidiu, ontem (14), por unanimidade, homologar o arquivamento da investigação.

Segundo a relatora do caso no Conselho, a procuradora de Justiça Maria do Socorro Mendo, a análise não teria considerado as peculiaridades da compra turbinada realizada por Amorim. Segundo Socorro Mendo, o GATI concluiu que o valor pago por Amorim “está acima da faixa de preços do mercado para esse tipo de medicamento, com um possível prejuízo ao erário de R\$ 1,046 milhão”. Mas disse que embora o parecer do GATI estivesse “bem fundamentado” era preciso homologar o arquivamento.

Delegado da PF liga Zequinha Marinho a grupo criminoso. Veja

Carlos Zahlouth Júnior é nomeado desembargador do TRT8

Isso porque os técnicos teriam usado, no comparativo de preços, somente a azitromicina “em embalagem hospitalar”, enquanto que a azitromicina adquirida por Amorim, com dispensa de licitação, foi a “Astro, hidratada, Eurofarma, em embalagem farmacêutica”, que seria mais cara. O levantamento também teria tomado por base licitações realizadas em outros períodos, sem atentar para a elevação dos preços dos medicamentos, durante a pandemia. Além disso, afirmou, “ante a não ocorrência de improbidade na aquisição de produtos e o suprimento de uma necessidade social, em contexto de calamidade pública provocada pela pandemia de covid-19, não há que se falar em dano ao erário”, já que seria esse o entendimento que se extrairia da legislação.

A compra de azitromicina com dispensa licitatória e, supostamente, superfaturada, foi noticiada pelo DIÁRIO em julho de 2020. O jornal mostrou que a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), então sob o comando de Amorim, comprara 200 mil comprimidos de azitromicina 500 mg por R\$ 1,302 milhão, ou R\$ 6,51 a unidade. Só que a Prefeitura de Paragominas, no Sudeste do Pará, pagou a metade pelo mesmo produto: apenas R\$ 3,20 a unidade, em um contrato de R\$ 128 mil, para a aquisição de apenas 40 mil comprimidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Hoje já se sabe que o suposto superfaturamento teria sido ainda maior. No mesmo dia em que Amorim comprou o medicamento a R\$ 6,51 a unidade (14/05/2020), a Prefeitura de Parauapebas pagou R\$ 2,45 por comprimido, segundo o contrato 20200227, através do qual foram adquiridos 50 mil comprimidos de azitromicina, no valor total de R\$ 122,5 mil. Além disso, no processo hoje arquivado pelo MP-PA, consta até a compra de comprimidos do medicamento a 68 centavos a unidade, o que é 10 vezes menos do que Amorim pagou.

DISPARIDADE

Com base na reportagem do jornal, a cidadã Cleide Barra D'Assunção protocolou denúncia no MP-PA. Mas, em outubro de 2020, a promotora Mariela Corrêa Hage, que exercia, temporariamente, a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, arquivou a investigação. E o fez sem, aparentemente, investigar a denúncia devidamente, já que nem mesmo a enviou para análise do GATI. Na decisão, ela disse que o arquivamento decorria da falta de comprovação de improbidade, “concluindo-se, assim, pela impossibilidade de continuação de qualquer diligência”.

No entanto, Cleide Barra D'Assunção recorreu da decisão da promotora, chamando atenção justamente para a disparidade de preços de até 10 vezes, em relação ao que foi pago por Amorim. Hoje, porém, o Conselho Superior resolveu homologar o arquivamento. O julgamento ocorreu por volta das 16 horas, com um plenário já esvaziado. Mas todos os quatro procuradores presentes acompanharam o voto da relatora.

Socorro Mendo lembrou que a compra da azitromicina turbinada ocorreu durante o período crítico da pandemia, em Belém, que se encontrava até sob lockdown e com escassez de remédios, cujos preços tiveram “um crescimento assustador”, devido ao “superfaturamento” no comércio. Ela também disse que o processo de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dispensa licitatória, realizado pelo Sesma, foi “muito bem instruído, com todos os cuidados”, já que teria sido realizada cotação de preços junto a 75 empresas, das quais apenas quatro apresentaram propostas de preços, uma vez que as demais não possuíam a medicação. Ela disse, ainda, não ter encontrado, no processo, “nenhum elemento que caracterizasse improbidade administrativa”. E lembrou que a própria legislação elaborada durante a pandemia autorizava aquisições “acima do mercado”, inclusive privilegiando a rapidez na entrega dos produtos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

12ª Promotoria Cível de Santarém lança campanha para doação de cadeira de rodas

Até dezembro de 2022, empresários, comerciantes e demais interessados podem fazer a doação, que será devidamente destinada a uma pessoa com deficiência.

Por g1 Santarém e Região — PA

15/06/2022 09h19 Atualizado há uma hora



Cadeira de rodas para pessoas com deficiência podem ser doadas até dezembro de 2022 — Foto: Freepik

A 12ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), no oeste do Pará, está promovendo campanha para doação de cadeiras de rodas, em parceria com a Associação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dos Deficientes Físicos de [Santarém](#) (Adefis). O lançamento oficial da campanha será no próximo dia 21 de junho, no auditório do MPPA.

•
Até dezembro de 2022, empresários, comerciantes e demais pessoas interessadas podem fazer a doação, que será devidamente destinada a uma pessoa com deficiência.

Os interessados em aderir devem entrar em contato com a 12ª Promotoria de Justiça Cível de [Santarém](#), por meio do telefone (93) 3512-0474, ou e-mail fundacoesstm@mppa.mp.br.

A iniciativa é do promotor de Justiça Tulio Chaves, a partir de acompanhamento junto à Adefis, que tem cerca de 1000 associados em [Santarém](#), Belterra, Mojui dos Campos e outros municípios do oeste do Pará. São pessoas com deficiência, e muitos utilizam cadeiras de rodas inadequadas ou improvisadas.

Para grande parte dos associados acompanhados pela Adefis, uma cadeira de rodas que se enquadra nas condições de acessibilidade tem custo inacessível. São sugeridas doações de modelos para uso permanente, em alumínio, com rodas que possam ser removidas, e pneus de câmara, detalhes que fazem a diferença na vida de quem utiliza a cadeira, dando melhor conforto e segurança. De acordo com o MPPA, tanto a doação quanto a destinação das cadeiras de rodas serão acompanhadas pela 11ª e 12ª Promotoria de Justiça, que tem entre suas atribuições fiscalizar o funcionamento de associações e entidades da sociedade civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br